



# A EPOPEIA EM QUESTÃO

## DEBATES SOBRE A POESIA ÉPICA NO SÉCULO XIX

**Organizadores**

Roger Friedlein

Marcos Machado Nunes

Regina Zilberman



# edições makunaima

**Coordenador**

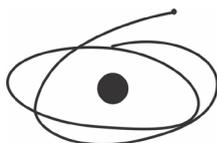
**José Luís Jobim**

**Revisão de texto**

**Lucas Cyrino**

**Diagramação**

**Casa Doze Projetos e Edições**



C A P E S

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971**

E64 A epopeia em questão : debates sobre a poesia épica no século XIX [recurso eletrônico] / orgs. Roger Friedlein, Marcos Machado Nunes e Regina Zilberman. — Rio de Janeiro : Makunaima, 2019.  
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-65130-29-5

1. Poesia épica brasileira - História e crítica - Séc. XIX. 2. Poesia épica portuguesa - História e crítica. I. Friedlein, Roger. II. Nunes, Marcos Machado. III. Zilberman, Regina. IV. Título.

CDD B869.1

# A EPOPEIA EM QUESTÃO

## Debates sobre a poesia épica no século XIX

Organizado por

Roger Friedlein  
Marcos Machado Nunes  
Regina Zilberman

Rio de Janeiro

2019



## Introdução

No contexto das transformações culturais do Romantismo, a ideia de gênero literário se mostra problemática. Pilar de uma prática literária baseada na autoridade e na norma, no modelo e na imitação (e na superação), o antigo sistema dos gêneros se constitui a partir do uso de referenciais estáveis que asseguram a recepção e a comunicabilidade. Essa lógica da criação e da circulação da literatura deixará de fazer sentido com a emergência de novos valores estético-literários como a autonomia do sujeito criador (e, por extensão, do campo literário), a imaginação como fonte da criação, destituindo a norma e o modelo, e a originalidade, impondo a cada criador a construção do próprio caminho a seguir. Na passagem do século XVIII para o XIX, temos um cenário de transformações radicais na literatura acompanhando um contexto mais amplo de transformações na cultura e na sociedade, em escala global.

Contudo, como em muito das transformações que marcam esse período, o passado não poderá ser plenamente suplantado. A despeito das tentativas de transgressão, fusão ou dissolução das normas e expectativas de gênero, através das quais o sistema se fará presente como o outro a ser negado, a concepção da literatura a partir de uma lógica classificatória baseada em convenções formais, temáticas e/ou estilísticas será uma herança em muitos casos total ou parcialmente conservada.

No caso da poesia épica, tradicionalmente concebida como a poesia narrativa com estilo elevado, matéria heroica e um discurso propenso a abordar de forma totalizadora um universo ficcional, a tendência à inovação é contrabalançada, nesse momento, pela lógica de formação dos cânones literários nacionais. É parte importante dessa lógica a definição de um centro em que coincidirão excelência literária e afirmação identitária. Esse centro será ocupado por um poema épico, existente ou almejado, já que, no antigo sistema dos

gêneros, a poesia épica figurava no topo de uma hierarquia temática e estilística. Nos processos de constituição dos campos literários nacionais, num cenário de reordenação generalizada nos dois lados do Atlântico, no Brasil e em Portugal, a afirmação desse centro e a sua ocupação por um texto particular terá implicações sobre a posição da literatura nos contextos culturais em transformação. O peso de um texto com essas características asseguraria à literatura posição de destaque institucional nos projetos de afirmação identitária.

Em Portugal, chega-se muito próximo a um consenso (um dos textos desta coletânea tratará de uma das poucas vozes dissonantes) em torno de um texto do passado literário – *Os Lusíadas*, que ocupa o lugar central do cânone. Haverá, contudo, modos inovadores de afirmação de tal posicionamento, passando todos por questões que dizem respeito diretamente à situação de Portugal no século XIX. No Brasil, um consenso será impossível, e aquele lugar, idealizado por muito tempo, restará vago, apesar das incontáveis tentativas, em geral construídas em torno à figura do índio como fator convergente de heroicidade e identidade.

8

Essas tentativas formam um conjunto de textos que contraria a tese clássica da morte da epopeia e sua substituição pelo romance. Marcados pela inovação, pela transgressão e, de igual modo, pela intenção de dialogar com uma tradição literária milenar, uma série de textos épicos será publicada ou restará em fragmento ou projeto, com diferentes graus de ambição e de canonicidade. Em geral, sua recepção será problemática. A grande maioria destes textos não chega a ter uma segunda edição, e muito ainda há que investigar neste pouco explorado *corpus*. Algumas referências bibliográficas de estudos serão dadas ao final desta introdução.

Tanta inovação terá certamente inspirado um debate teórico na época, que a justifica ou fundamenta. Precisamente a discussão literária que se dá em torno ao gênero épico no Brasil e em Portugal do século XIX será o foco dos trabalhos que compõem este livro.

Essas investigações ajudarão a dimensionar as expectativas que se constroem sobre o gênero e a compreender melhor os textos particulares, sua construção e recepção. A partir do Romantismo e depois, deflagra-se, nos meios literários do Brasil e de Portugal, intenso debate sobre a pertinência e o alcance da poesia épica. Particularmente no Brasil, a discussão sobre a épica constitui uma peça central dos discursos de formação da nacionalidade, mas, assim como em Portugal, também da inovação estética. Notório tem sido, até hoje, o debate entre José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, que se desenrola no conflito entre a epopeia e o romance. Alencar, embora sondando a possibilidade de uma ruptura formal de maior amplitude, condena *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Magalhães, justamente por não ser digna de ocupar a posição do ambicionado “poema nacional”; portanto, o pressuposto compartilhado por ambos é o de que é necessário haver um tal texto.

Contudo, a reflexão e a discussão sobre o gênero e seu significado no contexto das literaturas nacionais emergentes não se esgota neste episódio, central para a história da literatura brasileira do século XIX. Articula-se uma intensa (embora às vezes dispersa) reflexão sobre a poesia épica em discursos que circulam em tipologia textual diversa: paratextos, historiografia e crítica literárias, imprensa, escrita privada (cartas), assim como nos textos literários, em particular nos próprios poemas épicos, em momentos de autor-reflexão. O debate diz respeito à produção literária no Romantismo e depois, mas também é de grande relevância para a avaliação que se faz, durante o período, do passado literário.

Nesta antologia de estudos, que reúne contribuições fruto de pesquisas realizadas no Brasil, em Portugal, na Alemanha e na França, propomos criar um espaço para a discussão de um horizonte textual e discursivo mais amplo do que a chamada polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios*. Não é impossível reconhecer contatos e trocas transatlânticas nesse campo, em decorrência das viagens e es-

tadas de autores, da publicação de obras do lado oposto do Atlântico, como as edições brasileiras de poemas de Almeida Garrett, Tomás Ribeiro e outros menos conhecidos, e das comemorações camonianas no Brasil. Contudo, chamam a atenção as condições divergentes em que se produz o discurso metaépico no Brasil, por um lado, onde a problemática central reside na integração do índio e na constituição nacional, e em Portugal, onde pesam mais a interpretação da figura de Camões e do seu poema, e a relação que os poetas lusitanos estabelecem com a tradição do gênero a partir dele. Apesar dessas divergências, o discurso metaépico do século XIX lusófono forma um conjunto polifacético marcado pela busca ou afirmação de um ponto central nas respectivas literaturas nacionais.

10 Se a recepção de Camões desde os tempos em que viveu o poeta goza de um fluir contínuo de novos contributos desde Antônio de Mariz, constata-se mesmo assim um inciso notável na virada para o século XIX. A nova etapa é marcada pelo surgimento da estética da originalidade, propiciada pelo Romantismo. Na primeira seção do nosso livro, *Moldando Camões para o século XIX*, manifesta-se até que ponto o debate sobre a avaliação e interpretação da epopeia modelar para a literatura portuguesa é mais do que um debate sobre teoria literária entre autores que nutrem interesse pela história cultural. Muito mais do que isso, estabelece-se um diálogo, por vezes indireto, com a produção épica do momento. Nestes casos, o discurso será antes acerca de uma *poiesis*, estando voltado para um fazer (ou não fazer), do que da formulação de uma teoria sobre o gênero. É o caso tanto do poema esteticamente conservador *O Oriente* (1814), de Agostinho de Macedo, quanto do inovador *Camões* (1825), de Almeida Garrett. No contexto criado com a publicação desses poemas épicos oitocentistas, aparecem formulações teóricas (como as do próprio Macedo ou, mais tarde, de Camilo Castelo Branco, analisadas neste volume) que levam adiante o discurso crítico, sempre na interação com o modelo camoniano. Interessante é o grau em que

a figura do poeta Camões ocupa cada vez mais o foco do interesse, sobrepujando o texto da sua epopeia, pelo menos nos contributos marcados pelo Romantismo.

No artigo que abre o nosso volume, “Epopeias nacionais ou heróis nacionais - eis a questão” as biografias de Camões são objeto de uma revisão histórica realizada por Regina Zilberman, centrando-se, naturalmente, na figura do poeta e nos que dele eram próximos. Desde as biografias fatuais do século XVI até as primeiras literarizações da vida de Camões, com Ferdinand Denis e Almeida Garrett no oitocentos, a biografia atribuída ao poeta não cessa de se enriquecer com a elaboração de perfis pessoais de quem fora marginal ou até inexistente, como os personagens José Índio e o javanês Antônio. Se a nova estética literária é marcada pelo conceito da originalidade, corresponde-lhe, na dimensão biográfica, a ideia da marginalidade social do poeta, agora sublimada enquanto sinal da incompreensão que o gênio do poeta teria sofrido e, portanto, se transformado num herói e mártir da arte poética. Assim, a partir de Mme. de Stäel, a imagem de Camões passa por um processo de ressignificação com os juízos críticos e a pesquisa biográfica efetuados na virada do século XVIII para o XIX: é perdedor na vida, mas vencedor na arte. Os *Lusíadas* passam por uma conversão de clássico modelar a poema moderno cujo herói, em última instância, não será o protagonista, mas, para além do texto, o próprio autor, numa situação nova em que a vida do artista resgataria a obra. Os trabalhos de Ferdinand Denis e Garrett exemplificariam essa situação. Em Denis, o herói-poeta é retratado em formas próximas da epopeia pela historicidade e potencial mobilizador da identidade nacional. Já em Garrett, o eu do poeta romântico oitocentista estaria espelhado no seu próprio poema pela situação de exílio compartilhada com Camões, fator de heroização dos dois poetas.

Na sequência, “Intensa polémica oitocentista sobre a epopeia de Luís de Camões”, de José Cândido de Oliveira Martins, oferece

uma síntese da controvérsia em torno ao valor literário de *Os Lusíadas*, desatada pelo autor de *O Oriente*, Agostinho de Macedo. No “Discurso preliminar” ao seu poema, Macedo acusa Camões de plagiar os clássicos e cronistas, de criar versos demasiado prosaicos e de cometer erros históricos. Para Agostinho, tais defeitos derivariam das misérias da vida do poeta. Quem sai em defesa de Camões contra essa voz que rompe o consenso em torno ao poeta modelar é sobretudo D. Frei Francisco de São Luís, o Cardeal Saraiva, que ocupa lugares importantes no campo cultural português (reitor em Coimbra, guarda-mor da Torre do Tombo). Saraiva, ao defender Camões, acusa Macedo de querer promover o próprio texto épico, com críticas pouco fundamentadas. A resposta de Saraiva, que destaca as incoerências de Macedo como poeta, é, nas palavras de Martins, uma “defesa entusiasmada do génio do épico português, imbuído do culto nacionalista e romântico”. A polémica acontece em diversos gêneros (paratextos, panfletos, poema herói-cômico), e a relevância da epopeia como gênero é também aqui tomada como

12 um pressuposto, sem que se discuta sua pertinência.

Os ataques de Agostinho de Macedo dirigem-se em primeiro lugar ao texto e às suas qualidades estéticas, e bem menos à figura do seu autor. Eles já se perfilam a partir da transição da estética da imitação para a estética da originalidade romântica – Macedo constata falta de originalidade e excesso de imitação em Camões –, mas não seria possível, sem mais, identificar Macedo com posições românticas, assim como não se pode ver em seus adversários paladinos da estética da imitação, vozes críticas que a soubessem apreciar positivamente enquanto fenômeno histórico e valioso retrospectivamente.

Rafael Souza Barbosa, em “A transmissão de *Os Lusíadas* na França no século XIX: o caso Ferdinand Denis”, analisa a ficção biográfica de Denis, *Camoens et Jozé Índio* (1824), assim como o relato historiográfico *Résumé de l’Histoire Littéraire du Portugal* (1816). A partir do exame dessas duas obras, enfoca as “estratégias de

transmissão cultural de *Os Lusíadas*” adotadas por Ferdinand Denis. Situadas na passagem das práticas de conservação e transmissão eruditas para as de circulação mais ampla, tais estratégias, segundo Barbosa, “condicionaram materialmente a recepção do texto e a resposta do leitor”. Na primeira obra, a narrativa íntegra, através da tradução de citações camonianas inseridas no texto, o *corpus* poético à biografia do poeta. *Os Lusíadas* são apresentados através de trechos selecionados, construindo-se uma imagem fragmentária do poema. Já no *Résumé*, embora dado a conhecer em sua totalidade através da paráfrase e do comentário, o poema tem apenas algumas de suas partes citadas diretamente. Comum a ambas é a associação do poema à biografia do poeta, que condiciona a seleção das partes à imagem romântica e patriótica previamente construída.

Contudo, o século XIX não assistiu somente à exaltação da figura de um Camões poeta nacional, mas também a sua desmitificação. José Carvalho Vanzelli, no seu “Camões, *Os Lusíadas* e Camilo Castelo Branco”, parte do fato de a imagem de Camões no século XIX ter sido mitificada com base romântica, sendo evocada com sentido político ao longo do politicamente conturbado século. Em 1880, por ocasião do tricentenário da morte do poeta, essa imagem ainda é reforçada para criar um ambiente de regeneração espiritual republicana. Contrário a essas tendências, Camilo Castelo Branco, no seu prólogo a uma edição do *Camões* de Garrett, traz uma crítica à mitificação do poeta, apresentando-o como homem mediano da colônia. Essa crítica integraria um grupo maior de textos do autor, nos quais se empenharia em fazer uma revisão da história da presença portuguesa no Oriente, com perspectiva crítica, apontando a atitude portuguesa no século XVI como origem dos problemas vividos no XIX.

Enquanto os debates sobre a epopeia em Portugal giram em grande medida ao redor de Camões, também o Brasil discute a epopeia em relação com uma problemática dominante. Instigado

pelo imperador Pedro II, o debate se desenvolve ao redor de duas questões: como desenhar a epopeia nacional? E, sobretudo, como definir o lugar do índio nesse modelo épico? A segunda seção do nosso livro, *Desenhando uma épica para o Brasil*, reúne três trabalhos que demonstram como o desenvolvimento do discurso teórico no Brasil, no Romantismo indianista, está estreitamente ligado à produção épica contemporânea, e menos voltado do que em Portugal para a avaliação de um modelo épico já existente, embora tais modelos no Brasil não estivessem em falta: tanto o *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão, quanto o *Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, chegaram a formar um ponto de partida inicial para o debate teórico da épica, sobretudo na incipiente historiografia literária. Contudo, a discussão sobre esses poemas parece antes querer localizar uma “cena da origem” da literatura brasileira do que um texto modelar que pudesse ser tomado como o ambicionado centro da literatura nacional nascente.

14 Esse debate cristaliza-se em primeiro lugar na polêmica desenvolvida nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* (1856), onde toma o seu ponto de partida a investigação de Maria Aparecida Ribeiro, “O rei morreu, viva o rei! Magalhães, Alencar e o fim da epopeia no Brasil”. Explica como *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e os fragmentos de *Os filhos de Tupã* ([1863]) trazem elementos apontados na mencionada polêmica, revelando concepções do épico e fazendo-o sobreviver, renovado. O artigo demonstra, portanto, que os debates teóricos geram reações no discurso literário e nas poéticas implícitas que ele transporta. Dessa maneira, os textos literários podem ser considerados parte dos debates teóricos, alvo do nosso livro, de duas maneiras distintas: ou declarando explicitamente seus conceitos (autorreflexividade explícita), ou transmitindo poéticas implícitas que interagem com o discurso teórico do tempo (autorreflexividade implícita).

Também Ulisses Infante, em “Joaquim Norberto, o cômico Fernandes Pinheiro e a épica romântica brasileira”, ocupa-se em

primeiro lugar não de textos teóricos, mas da poética implícita, nesse caso do grande projeto de Norberto de realizar obras delimitando especificidades culturais brasileiras, em diferentes gêneros. Apresenta o poema “Palmares” (1851), obra de métrica variada que contém dramas individuais sob fundo histórico coletivo, “O Brasil” (1860), conjunto de fragmentos que seguem modelo camoniano, e os *Cantos épicos* (1861), conjunto marcado pela liberdade formal e o ecletismo temático, em que se destacam as cenas de batalha. Haveria nestes poemas uma poética implícita da fragmentação, correspondendo a uma visão pouco coesa, que Norberto seria incapaz de reduzir a uma totalidade, da nacionalidade, sendo essa a contribuição para debate. Por outro lado, no prólogo de Fernandes Pinheiro aos *Cantos*, a combinação do narrativo com o lírico é apresentada como mérito literário próprio da épica, estando, porém, a Modernidade à espera de uma nova épica. Já no seu *Curso elementar de literatura nacional* (1862), Pinheiro apresenta juízos críticos que favorecem Basílio e Magalhães pelos quadros naturais (a cor local como fator de independência literária), com o nacionalismo convertido em valor.

15

José Luís Jobim, em “O Indianismo e o épico no Brasil”, demonstra como o gênero mais conservador da teoria literária – os manuais de retórica para escolares, nesse caso brasileiros (com rápida referência a um manual português e outro espanhol) – apresenta definições da epopeia e do épico. Ressalta como, em um desses manuais, a matéria puramente indígena é considerada insuficiente para a criação de um poema verdadeiramente épico. A partir daí, comenta a relação entre épica e romance histórico de temática indianista como continuidade a partir de “modelo negativo”, concentrando na análise de uma obra não canônica e na breve exposição de uma paródia de poema épico indianista lida também como continuidade por “modelo negativo”.

O conjunto destes três artigos assinala umas primeiras pistas por onde terá que se buscar o discurso teórico brasileiro sobre a épi-

ca. Contudo, vale lembrar que ainda carecemos de um inventário sistematizado do discurso teórico e dos gêneros em que é desenvolvido.

A última seção do nosso livro, *Caminhos para além do nacional*, aponta em que sentidos a reflexão sobre a poesia épica é levada quando ela sobrepassa as problemáticas associadas às literaturas nacionais de Portugal e do Brasil. Um primeiro exemplo, nos inícios do século e da poesia épica romântica portuguesa, é o poema *D. Branca* (1826), de Almeida Garrett. Embora seja dedicado a uma matéria eminentemente nacional de Portugal, como é a reconquista medieval do castelo de Silves, no Algarve, e, além disso, esteja povoado pela mitologia das fadas autóctones, o poema visa, em sua dimensão autorreflexiva, a temas além do nacional, quando exalta o valor das belas ficções narrativas efêmeras enquanto espaço de evasão. Roger Friedlein, em “A validade do discurso autorreflexivo em Almeida Garrett: *D. Branca* (1826 e 1848)”, descreve em primeiro lugar como o poema transmite essas ideias em sua dimensão autorreflexiva, como aporte garrettiano ao debate sobre o valor da literatura. Pergunta-se a seguir até que ponto esses teoremas pró-evasão, pró-fantasia e anti-normativos, articulados nos paratextos e na diegese das duas versões do poema, postulam validade como contributos ao debate teórico. Nesse contexto, torna-se preciso levar em conta as diferentes instâncias de fala e suas atitudes eventualmente irônicas. Também o próêmio de *D. Branca* comunica um modelo poético de validade limitada (isto é, limitado ao próprio texto que ele introduz). Em suma, comunica-se no texto e nos seus paratextos um teoria instável e antinormativa, uma poetologia de validade limitada. Esse posicionamento antiteórico é a mensagem autorreflexiva que o texto transmite.

Uma tendência com força inovadora e que desafia a ideia de uma epopeia limitada à nação será a chamada epopeia da humanidade (ou humanitária). Particularmente desenvolvida na França, a epopeia da humanidade procura estender para a humanidade como um todo o sentido de coletividade e totalização implicados na épica.

O estudo de Marcos Machado Nunes, “Perspectiva universalista e epopeia humanitária em paratextos da épica portuguesa do século XIX”, procura mostrar como as tentativas de introdução desse gênero em Portugal são acompanhadas por uma discussão sobre a poesia épica nas molduras paratextuais. No caso dos dois autores analisados, Tomás Ribeiro e Teófilo Braga, a perspectiva nacional ou o papel da nação portuguesa num contexto universal não vão deixar de estar presentes. Na carta apresentada como prefácio a *A Delfina do mal* (1868), Ribeiro faz referências à epopeia humanitária para situar o seu poema no âmbito de um universalismo cristão; no entanto, também a partir de referências à épica, justifica o uso da cor local e da linguagem familiar no texto. Já nos paratextos ao ciclo de poemas iniciado com *Visão dos tempos* (1864), de Teófilo Braga, vemos como uma narrativa da história literária ocidental se transforma em epopeia humanitária com a conversão de Braga ao Positivismo de Comte, com o qual, contudo, terá importantes pontos de divergência que afetam a sua poética e implicam um novo sentido para a literatura portuguesa.

Concluindo o nosso volume, Luiza Lobo, em “A presença de Platão e da épica clássica em *O Guesa*, de Joaquim de Sousaândrade”, estuda um poema épico cujo protagonista, sim, é índio, o que conecta o poema com o Indianismo que marcava os debates que antecederam a sua publicação. Mas, para Lobo, a concepção da épica em Sousaândrade, contida nos paratextos e na poética implícita ao poema, remete à *República* de Platão. O filósofo surge no poema e nos paratextos como autoridade política, moral e espiritual associada ao ideal político republicano partilhado por Sousaândrade. O poeta maranhense compartilharia com Platão a mesma atitude com relação a Homero, visto como modelo a ser superado. Na *Odisseia*, Sousaândrade busca um modelo de heroísmo e um elenco de motivos; porém, as potencialidades da épica cristã romântica serão também mobilizadas no poema, sobretudo quanto a inovações formais. *O Guesa* estará marcado pelo uso e transformação de fontes literárias e culturais múltiplas, cons-

tituindo uma épica híbrida. Tanto pela concepção do herói, quanto pelas teorias evocadas no poema, *O Guesa* transgride o campo em que se continha o debate nacional-indianista anterior a ele, até o ponto de se autopostular como superação dos limites de gêneros.

Os trabalhos aqui reunidos apresentam um amplo painel, cobrindo um conjunto extenso de aspectos, autores e gêneros textuais em que se deu o debate sobre a épica. As contribuições mostram que o debate não se desenrola somente através de contribuições articuladas explicitamente, mas também através de obras literárias e de fenômenos como a paródia, que transportariam uma poetologia implícita e foram subsumidos como resposta em contextos de debate. É certo que ainda restam pontos significativos por aprofundar, como a imprensa periódica e a historiografia literária, a identificação e descrição de mais núcleos de “polêmica”. Outros restarão ainda à espera de futuros trabalhos, como a recepção dos textos épicos do lado oposto do Atlântico, assim como outros temas próprios de uma perspectiva transatlântica, ou a comparação dos discursos sobre a poesia épica com a situação dos debates sobre outros gêneros.

18

As contribuições que formam parte deste volume foram originalmente apresentadas na seção “Discursos partilhados ou singulares? A poesia épica e os debates intelectuais no século XIX lusófono”, no âmbito do XII Congresso Alemão de Lusitanistas, realizado em Mainz, Alemanha, em setembro de 2017. A concepção da seção e esta publicação são fruto de um projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Ruhr-Universität Bochum. Nosso sincero agradecimento vai dirigido ao DAAD (Alemanha) e à Capes (Brasil) por possibilitarem esta iniciativa através do programa conjunto Probral 2017-2019.